



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/08/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3 - 4
2.2. DESEMBARGADORES.....	5 - 6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADORES.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	8 - 11
4.2. EVENTOS.....	12
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	13
4.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	14
4.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	15

TJMA define lista para vaga de desembargador na quarta-feira

A definição da lista triplíce de advogados candidatos à vaga de desembargador pela regra do quinto constitucional ocorrerá na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na próxima quarta-feira (7). Os três mais votados serão escolhidos dentre os seis da lista encaminhada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA).

A presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Maria dos Remédios Buna, assinou despacho, pedindo a inclusão do processo na agenda do Pleno. A magistrada também enviou ofício aos demais desembargadores, com a lista sêxtupla de advogados e seus respectivos currículos, com vistas à escolha do novo membro da Corte.

O TJMA recebeu a lista com os seis nomes no dia 31 de julho, ocasião em que o presidente Guerreiro Júnior demonstrou satisfação com a atitude da OAB/MA.

"Temos necessidade de prover essa vaga. Há um clamor na magistratura pelo seu rápido preenchimento. Com mais um desembargador, poderemos receber e julgar mais recursos, e com melhor taxa de atendimento à sociedade", afirmou o presidente do TJMA na última quarta-feira.

A preocupação de Guerreiro Júnior se baseia no fato de que, atualmente, cada desembargador analisa, em média, 1.400 processos por ano. Ele disse que o novo membro da Corte irá integrar a 5ª Câmara Cível, que funciona desde sua instalação com um membro vogal (desembar-

gador de outra câmara).

No processo de formação da lista triplíce, cada desembargador votará em três nomes, considerando-se indicados os mais votados. Se for necessário um segundo escrutínio, nele concorrem os que tiverem recebido mais votos.

Formada a lista triplíce, ela será enviada pelo Judiciário à governadora Roseana Sarney. Por ser chefe do Executivo Estadual, ela tem a prerrogativa final de escolher, dentre os três selecionados pelos magistrados do TJMA, o novo desembargador.

QUINTO CONSTITUCIONAL - A Constituição Federal, em seu artigo 94, estabelece que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

A escolha de candidatos oriundos da advocacia para vagas nos tribunais estaduais é promovida pelas seccionais da OAB nos Estados. Para as vagas em âmbito nacional a escolha é feita pelo Conselho Federal da Ordem.

A lista sêxtupla encaminhada pela OAB ao Tribunal é composta pelos advogados Ricardo Tadeu Duailibe, Daniel Jerônimo Leite, Gilson Ramalho de Lima, José Magno Moraes de Sousa, José Claudio Pavão Santana e Riod Barbosa Ayoub.

Presos que praticarem esportes poderão ter direito a redução de pena

A Câmara analisa o Projeto de Lei 5516/13, que estende ao preso que praticar atividades desportivas regulares o benefício da remição de pena. Segundo a Lei de Execução Penal (7.210/84), os condenados em regime fechado ou semiaberto já podem ter parte do tempo de pena reduzido por trabalho ou por estudo.

Apresentada pelos deputados Jô Moraes (PCdoB-MG), Paulo Teixeira (PT-SP) e Romário (PSB-RJ), a proposta estabelece que, para cada 12 horas de frequência desportiva dividida, no mínimo, em seis dias alternados, a pena será diminuída em um dia. A legislação atual prevê a mesma redução a cada 12 horas de frequência escolar ou três dias de trabalho.

O projeto também determina que as horas diárias de trabalho, de estudo e de desporto serão definidas de forma a se compatibilizarem para a contagem cumulativa de dias para remição, e que o preso que ficar impossibilitado, por acidente, de prosseguir com essas atividades continuará a ter o benefício.

Registro - Além disso,

assim como já ocorre nos casos de trabalho e estudo, as administrações dos presídios terão de encaminhar mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estiverem exercendo prática desportiva, com informações sobre as atividades de cada um deles.

Os autores da proposta ressaltam que a aplicação das penas deve atender a duas finalidades sociais: a retribuição pelos danos causados pelo crime e a ressocialização dos condenados. E, na avaliação dos deputados, "é notório que a atividade desportiva, além de seus benefícios de saúde, suscita a necessidade de criação de ambiente de convívio pacífico entre seus praticantes, o que aprimora, conseqüentemente, a disciplina dos detentos".

Tramitação - A proposta será analisada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votada pelo Plenário.

Terreno

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) negaram pedido de reintegração de posse à empresa Lumiar Engenharia e Participações Ltda, que reivindicava a posse e pedia a demolição dos imóveis edificadas no terreno da Chácara Santa Cruz, no Distrito São Joaquim do Bacanga, onde funciona o Centro de Umbanda Nossa Senhora Piedade Xangô.

TJ mantém pena de acusada de latrocínio

As Câmaras Criminais Reunidas julgaram improcedente o pedido de revisão criminal de Jordeane Soares da Costa. Ela foi condenada a 13 anos e quatro meses de reclusão por ter planejado com seu primo, Fernando Soares da Costa, a invasão da casa do namorado, Bernardo Alves do Santos, fato que resultou em tentativa de latrocínio, no dia 24 de março de 2008, no município de Raposa.

Por unanimidade, os desembargadores reunidos na quinta-feira (1º) concordaram com a sentença de primeira instância, segundo a qual Jordeane assumiu risco da produção do resultado, ao facilitar a entrada do primo na residência. Armado, ele desferiu 13 facadas na vítima, que conseguiu sobreviver.

Segundo seu próprio depoimento, Jordeane mantinha relacionamento amoroso com Bernardo havia dois anos. No dia do crime, ela e Fernando entraram na casa do mestre de obras, aproveitando-se de sua ausência. Quando perceberam a chegada da vítima, o primo se escondeu. Ela recebeu R\$ 10,00 de Bernardo para comprar cerveja e ainda furtou a bolsa do namorado, com mais R\$ 60,00.

Leve - A acusada diz que, quando saiu, ouviu Bernardo gritar, enquanto era esfaqueado por Fernando, que queria dinheiro. Disse que havia pedido para o primo não furar o namorado. A defesa sustentou que Jordeane queria participar de delito menos grave do que o realizado pelo primo e pediu a desclassificação do crime de tentativa de latrocínio.

O entendimento dos desembargadores Bernardo Rodrigues (relator) e Froz Sobrinho (revisor), de que ela agiu em conluio com o primo no planejamento do assalto, assumindo o risco do que terminou em tentativa de latrocínio, foi acompanhado pelos demais membros do órgão colegiado, de acordo com o parecer do Ministério Público.

Consta nos autos que Fernando Soares da Costa foi condenado em 1º grau a 16 anos, dois meses e 14 dias de reclusão e cumpre pena no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Associação de juízes sugere sabatina entre os candidatos da OAB-MA

Amma diz querer dar aos candidatos direito de falar de suas trajetórias e dos seus currículos

Os seis candidatos escolhidos pelos conselheiros da OAB/MA poderão mais uma vez passar por sabatina. A Associação de Magistrados do Maranhão (Amma) enviou ofício ao Tribunal de Justiça sugerindo que os concorrentes fossem arguidos pelos desembargadores.

O objetivo da Associação dos Magistrados é garantir aos candidatos à vaga de desembargador do Tribunal de Justi-

ça o direito de apresentar os seus currículos, prestar os esclarecimentos necessários e responder às indagações formuladas pelos membros do Pleno e de entidades da sociedade civil, previamente credenciadas, entre as quais a própria associação.

De acordo com o presidente da Amma, juiz Gervásio Santos, a sabatina prévia dos candidatos integrantes da lista sêxtupla será fundamental para a democratização do processo de escolha do novo membro da Corte do Tribunal, possibilitando-lhes a oportu-

nidade de se apresentarem perante os componentes do Pleno e dos representantes da sociedade civil, bem como de responder eventuais indagações sobre a sua vida pregressa e projetos para o exercício da magistratura.

O presidente da OAB, Mário Macieira, disse ser válida uma nova rodada de sabatina para os seis advogados, que foram arguidos durante a sessão para a escolha da lista tríplice.

"O processo de escolha de um desembargador é muito importante para a sociedade. Acredito que a sabatina enriquece a escolha e por isso acho

válida a manifestação da Associação de Magistrados", disse Mário Macieira.

Não houve nenhuma manifestação no Tribunal de Justiça admitindo a possibilidade de arguir cada um dos seis candidatos escolhidos pela OAB. A sistemática abriria espaço na própria sessão do tribunal para o debate com os advogados.

Cada desembargador pode votar em até três nomes da lista encaminhada pela OAB. Os três mais votados são encaminhados à governadora Roseana Sarney, que pode escolher qualquer um deles.

TJ confirma para quarta-feira sessão que vai definir lista tríplice para desembargador

Tribunal vai definir três entre os seis advogados escolhidos no início da semana pela direção da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil

Carla Lima

Da editoria de Política

Está definida a data para a composição da lista tríplice para a eleição do novo desembargador pela vaga do Quinto Constitucional direcionada para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seccional do Maranhão. A presidente em exercício do Tribunal de Justiça, Maria dos Remédios Buna, anunciou ontem que quarta-feira, dia 7, os magistrados escolhem três dos seis concorrentes da ordem e enviam, em seguida, relação para a governadora Roseana Sarney para definição do novo desembargador.

A presidente assinou o despacho ontem pedindo a inclusão do processo do Quinto Constitucional na pauta da sessão administrativa da próxima quarta-feira, 7. A magistrada também enviou ofício aos demais desembargadores com a lista sêxtupla de advogados e seus currículos para que os membros do tribunal conheçam os concorrentes.

Os desembargadores analisam os currículos de Ricardo Duailibe, José Cláudio Santana, José Magno Moraes, Riad Ayoub, Gilson Ramalho e Daniel Leite. Os advogados concorreram com mais 12 candidatos e foram escolhidos em uma só eleição na sessão deliberativa da OAB dia 30 de julho deste ano.

A lista sêxtupla da ordem foi protocolada no dia seguinte. Assim que tomou conhecimento da relação, o presidente do TJ, Antonio Guerreiro Júnior, garantiu que o restante do processo que será comandado pelo tribunal será feito com celeridade.

"Temos necessidade de prover



Caberá aos desembargadores escolher três nomes entre os advogados encaminhados pela OAB-MA

essa vaga. Há um clamor na magistratura pelo seu rápido preenchimento. Cada desembargador analisa, em média, 1,4 mil processos ao ano. Se há um magistrado a menos, fica evidente que os outros terão mais trabalho. Com mais um desembargador, poderemos receber e julgar mais recursos, e com melhor taxa de atendimento à sociedade", afirma o presidente Guerreiro Júnior.

Ainda de acordo com desembargador, é preciso rapidez na escolha da lista tríplice porque o novo desembargador irá compor a 5ª Câmara Cível, cujos trabalhos estão sendo prejudicados com a falta de um membro.

"O novo membro da Corte irá integrar a 5ª Câmara Cível, que funciona desde sua instalação

com um membro vogal. A falta de um desembargador tem prejudicado a produtividade, tanto que a mencionada câmara teve uma diferença de um terço em relação à produtividade das demais", disse.

No processo de formação da lista tríplice, cada desembargador votará em três nomes, considerando-se indicados os mais votados. Se for necessária uma segunda votação, nesta concorrerão os mais votados.

Após a votação dos desembargadores, a lista tríplice será encaminhada a governadora Roseana Sarney para que ela escolha o nome do novo desembargador. Não há prazo específico para a chefe do Executivo deliberar sobre a lista tríplice do tribunal.

Mais

A vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional - regra que estabelece que um quinto dos lugares dos tribunais será composto de membros do Ministério Público e de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional - está disponível a cerca de um ano. Por força de recursos, o processo de escolha da lista sêxtupla da OAB ficou paralisado até decisão do conselho federal da ordem. Uma das vagas do Quinto, criadas a partir do aumento do número de desembargadores pela Assembleia, foi preenchida por indicação do Ministério Público

JUDICIÁRIO

TJ define lista tríplice na próxima quarta

A definição da lista tríplice de advogados candidatos à vaga de desembargador pela regra do quinto constitucional ocorrerá na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na próxima quarta-feira (7). Os três mais votados serão escolhidos dentre os seis da lista encaminhada pela seccional maranhense da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB/MA).

A presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Maria dos Remédios Buna, assinou despacho, pedindo a inclusão do processo na agenda do Pleno. A magistrada também enviou ofício aos demais desembargadores, com a lista sêxtupla de advogados e seus respectivos currículos, com vistas à escolha do novo

membro da Corte.

O TJMA recebeu a lista com os seis nomes no dia 31 de julho, ocasião em que o presidente Guerreiro Júnior demonstrou satisfação com a atitude da OAB/MA.

“Temos necessidade de prover essa vaga. Há um clamor na magistratura pelo seu rápido preenchimento. Com mais um desembargador, poderemos rece-

ber e julgar mais recursos, e com melhor taxa de atendimento à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA na última quarta-feira.

A preocupação de Guerreiro Júnior se baseia no fato de que, atualmente, cada desembargador analisa, em média, 1.400 processos por ano. Ele disse que o novo membro da Corte irá integrar a 5ª Câmara Cível.

AMMA quer sabatina dos candidatos que integram lista sêxtupla para vaga no TJ-MA

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) está pleiteando ao Tribunal de Justiça a sabatina dos candidatos que integram a lista sêxtupla para a vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional. Os componentes da lista foram escolhidos pela seccional da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA), na última terça-feira (31). O pleito da AMMA é para que a sabatina seja feita durante sessão plenária do TJ-MA, antes da escolha da lista tríplice.

O objetivo da Associação dos Magistrados é garantir aos candidatos à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça o direito de apresentar os seus currículos, prestarem os esclarecimentos necessários e responderem às indagações formuladas pelos membros do Pleno e de entidades da sociedade civil, previamente credenciadas, entre as quais a própria Associação.

**TJ-MA DEFINE,
QUARTA-FEIRA,
LISTA PARA VAGA DE
DESEMBARGADOR**

PÁGINA 3

TJ-MA define lista para vaga de desembargador na quarta-feira (7)

A definição da lista tríplice de advogados candidatos à vaga de desembargador pela regra do quinto constitucional ocorrerá na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na próxima quarta-feira (7). Os três mais votados serão escolhidos dentre os seis da lista encaminhada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA).

A presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Maria dos Remédios Buna, assinou despacho, pedindo a inclusão do processo na agenda do Pleno. A magistrada também enviou ofício aos demais desembargadores, com a lista sêxtupla de advogados e seus respectivos currículos, com vistas à escolha do novo membro da Corte.

O TJ-MA recebeu a lista com os seis nomes no dia 31 de julho, ocasião em que o presidente Guerreiro Júnior demonstrou satisfação com a atitude da OAB/MA.

“Temos necessidade de prover essa vaga. Há um clamor na magistratura pelo seu rápido

preenchimento. Com mais um desembargador, poderemos receber e julgar mais recursos, e com melhor taxa de atendimento à sociedade”, afirmou o presidente do TJ-MA na última quarta-feira.

A preocupação de Guerreiro Júnior se baseia no fato de que, atualmente, cada desembargador analisa, em média, 1.400 processos por ano. Ele disse que o novo membro da Corte irá integrar a 5ª Câmara Cível, que funciona desde sua instalação com um membro vogal (desembargador de outra câmara).

No processo de formação da lista tríplice, cada desembargador votará em três nomes, considerando-se indicados os mais votados. Se for necessário um segundo escrutínio, nele concorrem os que tiverem recebido mais votos.

Formada a lista tríplice, ela será enviada pelo Judiciário à governadora Roseana Sarney. Por ser chefe do Executivo Estadual, ela tem a prerrogativa final de escolher, dentre os três selecionados pelos magistrados do TJ-MA, o novo desembargador.

Quinto constitucional – A Constituição Federal, em seu artigo 94, estabelece que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

A escolha de candidatos oriundos da advocacia para vagas nos tribunais estaduais é promovida pelas seccionais da OAB nos estados. Para as vagas em âmbito nacional a escolha é feita pelo Conselho Federal da Ordem.

A lista sêxtupla encaminhada pela OAB ao Tribunal é composta pelos advogados Ricardo Tadeu Duailibe, Daniel Jerônimo Leite, Gilson Ramalho de Lima, José Magno Moraes de Sousa, José Claudio Pavão Santana e Riod Barbosa Ayoub.

■ Choradeira

O Tribunal de Justiça do Maranhão já está prestes a definir a lista tríplice para a nomeação do novo desembargador pela governadora, mas o resultado da eleição da lista sêxtupla da OAB-MA continua rendendo e motivando choro nos bastidores da entidade.

O advogado e membro da corte do TRE, Sérgio Muniz, ainda não teria digerido a sua não inclusão na lista sêxtupla e continua reclamando bastante, principalmente contra o advogado Antônio Nunes, sócio do escritório de Mário Macieira, presidente da entidade, de quem esperava voto e não obteve.

Judiciário discute crimes e acidentes causados por embriaguez no trânsito

Com o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), o Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET), promove nos dias 15 e 16 deste mês, no Hotel Luzeiros, o II Seminário Maranhense sobre Segurança no Trânsito. Nesta segunda edição, especialistas discutirão temas como embriaguez no trânsito, responsabilidade civil nos crimes de trânsito, direitos da vítima de acidente, entre outros.

A programação foi comunicada ao presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, pelo juiz titular do Juizado Especial do Trânsito (JET), José Eulálio Figueiredo de Almeida, um dos palestrantes do evento.

Estão confirmadas palestras com os desembargadores Paulo Velten (TJ-MA) e Alberto Tavares (TRF 1ª Região), juiz Marcos Alan Gomes (TJPA) e os advogados João Pedro Aragão (JET-MA) e Marcelo Araújo (PR).

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 10 deste mês pelo e-mail: esmam@tjma.jus.br. Para os servidores e magistrados do Tribunal de Justiça, a inscrição deve ser solicitada pelo sistema acadêmico Tutor, da Esmam, na plataforma Sentinela. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas pelo telefone (98) 3235-3231.

Juíza realiza audiência na Apac de Pedreiras

A juíza Ana Gabriela Costa Everton, titular da 2ª Vara de Execução da Comarca de Pedreiras, realizou na última semana uma audiência admonitória na Associação de Proteção e Assistência aos Apenados (Apac). De acordo com informações da vara, a magistrada realiza essas audiências à APAC constantemente.

Na audiência, a juíza concedeu vários benefícios aos recuperandos que cumprem suas penas na Apac, entre as quais: progressões de regimes; e remições. "A gente já vem realizando esse trabalho com certa regularidade. Essas audiências vêm agradando muito os apenados, pois conforme eles a presença da juíza dentro da Unidade deixa-os mais tranquilos. Os recuperandos ficam com a certeza de que seus processos estão sendo acompanhados de perto. Consequentemente, eles sabem que receberão seus benefícios no período certo", explicou Ana Gabriela.

Segundo o recuperando Francisco das Chagas Araújo Teixeira, que foi beneficiado com o livramento condicional, desde que a juíza chegou à comarca, seus benefícios sempre foram concedidos realizados dentro do prazo.



Juíza Ana Gabi analisa situação de preso da Apac de Pedreiras

"Fiquei tranquilo porque sabia que no dia certo, eu receberia a minha liberdade", disse Francisco das Chagas. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados também elogia esse trabalho que é desenvolvido por Ana Gabriela.

Sobre a audiência admonitória – É aquela em que os magistra-

dos estabelecem condições para o cumprimento do regime aberto, as quais, se desobedecidas, podem provocar a regressão de regime. Geralmente, fazem-se presentes o magistrado, o representante do Ministério Público, o condenado e seu advogado. As condições são dadas ou anunciadas ao condenado e ao advogado.

Polícia Civil investiga furto de caminhonetes em São Luís

Nesta semana, uma Hilux foi furtada do estacionamento do Fórum Desembargador Sarney Costa

POR NELSON MELO
ESPECIAL PARA O JP

A Polícia Civil, por meio da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), está investigando três casos de furto de caminhonetes em São Luís. Todas as ações aconteceram no mês de julho deste ano, em locais diferentes da cidade, em menos de 15 dias.

O primeiro caso, aconteceu no dia 19, no Shopping da Ilha, entre 17h e 18h. O veículo furtado foi uma Hyundai IX35, de placa OIT-1680. O segundo, ocorreu na Avenida Litorânea, em frente ao Bar e Restaurante Biana Bistrô. O alvo foi uma L200 Triton, de placa NXP-7909. O terceiro caso se deu no dia 27, na Cohama, em frente ao Restaurante Matuto. Na ocasião, os criminosos furtaram uma L200 Triton, de placa NWV-3470. O quarto caso teve como alvo uma Toyota Hilux SW4, de placa OIX 7946; o furto aconteceu no estacionamento do Fórum Desembargador Sarney Costa, no dia 30.

Segundo o delegado Paulo Hertel, titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos,

localizada na Vila Palmeira, a ação dos ladrões é muito rápida, durando cerca de dois minutos. “Os autores do crime utilizam dois carros. Um Corsa Classic, de cor preta, e um Gol branco. Eles aguardam as vítimas descerem dos seus veículos e entram em algum lugar. Então, dois homens destravam a porta e levam o carro”, declarou.

De acordo com Paulo Hertel, a Polícia Civil está analisando as imagens do estacionamento do Fórum e do Shopping da Ilha. Por meio delas, a DRFV está tentando identificar os autores do crime.

O delegado disse acreditar que os bandidos fazem parte de uma quadrilha especializada nesse tipo de crime. “Tudo indica que há mais gente envolvida. Até agora, só conseguimos detectar dois na atuação direta. Mas é uma nova modalidade criminosa. Até então, só havia roubos de veículos. Agora, trata-se de furto. Ao que parece, eles têm um conhecimento especializado. Nós estamos trabalhando para desvendar o mecanismo que eles utilizam na ação”, finalizou.

Até o fechamento desta matéria, nenhuma das caminhonetes havia sido recuperada.



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 72013
(relativo ao Processo 53672013)
Código de validação: C837BEFEC6

Intimamos ALOISIO DE SALES GOES, portador do CPF N° 002.917.501-17 e RG. N° 2128575, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção à DECISÃO-GP-31842013, do Gabinete da Presidência, constante do Processo n° 5367/2013-TJ para, **no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 1.983,05 (um mil, novecentos e oitenta e três reais e cinco centavos), percebidos em razão de sua exoneração do cargo de Técnico Judiciário ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 01 de julho de 2013.

JULIO CESAR SILVA COSTA
Coordenador de Direitos e Registros, em Exercício
Coordenadoria de Direitos e Registros
Matrícula 119438

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 02/07/2013 09:31 (JULIO CESAR SILVA COSTA)